

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Saúde****Junta de Recursos - SES-MG****Parecer nº 14/SES/GAB-JRECURSOS/2025**

PROCESSO Nº 1320.01.0052064/2022-88

JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL

ASSUNTO: Análise de Recurso Administrativo

AUDITADO: Sistema Municipal de Saúde de Carmo de Minas

UNIDADE VISITADA: Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas

MUNICÍPIO: Carmo de Minas

ATIVIDADE SISAUD: 735

RECORRENTES:

· Sra. K.R.F. (Pessoa Jurídica) – Gerente do Departamento Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal

RELATÓRIO

Trata-se de Auditoria Assistencial Especial realizada pelas Assessorias Regionais de Auditoria Assistencial (ARAS) Sul – Alfenas e Pouso Alegre e Oeste – Divinópolis, no Sistema Municipal de Saúde/SMS de Carmo de Minas, tendo como unidades visitadas a Secretaria Municipal de Saúde de Carmo de Minas e o Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas no período compreendido entre 16 a 20/10/2023.

A Auditoria em questão ocorreu para atender a demanda encaminhada pelo núcleo de Vigilância Sanitária da SRS/Varginha que solicitou apuração de eventuais irregularidades na qualidade dos serviços prestados pela Casa de Caridade de São Lourenço nos leitos de retaguarda que estavam funcionando no Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas.

Após a emissão dos Relatórios Consolidados/ Finais de Auditoria, foram originados os Ofícios de Notificação SES/GAB-AUDSUS nº 44/2025, 45/2025, 46/2025, 47/2025, 48/2025 e 67/2025, em virtude das seguintes constatações não conformes, seguidas de penalidades e/ou medidas corretivas, impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011.

Relatório Consolidado – Sistema Municipal de Saúde de Carmo de Minas (107661881)

· Penalidade de Advertência Escrita

1 - Constatação nº: 675797 – O "Instrumento Particular de Contrato de Locação de Espaço e Equipamentos Médicos- Leitos Clínicos" firmado entre Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas e Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço não foi apresentado e aprovado pelo Gestor Municipal de Saúde.

2 - Constatação nº: 675799 – O "Instrumento Particular de Contrato de Locação de Espaço e Equipamentos Médicos - Leitos Clínicos" firmado entre Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas e Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço não foi apresentado e aprovado em Comissão Intergestores Bipartite.

3 - Constatação nº: 675800 – Não houve aprovação e fiscalização por parte do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Carmo de Minas em relação a alocação dos leitos em Carmo de Minas pelo Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço.

Relatório Consolidado Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas (doc. 107661711)

· Penalidade de Advertência Escrita

4 - Constatação nº: 674367 – O serviço de saúde do Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas não provê infraestrutura do serviço contratualizado, recursos humanos, equipamentos, insumos e materiais necessários à operacionalização do contrato a fim de atender a demanda, modalidade de assistência e legislação vigente.

5 - Constatação nº: 674445 – O Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas não avalia a satisfação dos usuários de forma periódica.

6 - Constatação nº: 674549 – O Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas não comprovou a aplicação integral dos recursos financeiros provenientes dos contratos vigentes formalizados com o Departamento Municipal de Saúde (DMS) de Carmo de Minas em ações e serviços prestados ao SUS.

7 - Constatação nº: 674589 – O Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas não disponibilizou o mesmo quantitativo de leitos registrados no Termo de contratualização vigente com os cadastrados no SCNES e no SUSFácil.

8 - Constatação nº: 674601 – O "Instrumento Particular de Contrato de Locação de Espaço e Equipamentos Médicos - Leitos Clínicos" firmado entre Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas e Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço não previu as responsabilidades de cada ente nas ações de apoio.

9 - Constatação nº: 674648 – O "Instrumento Particular de Contrato de Locação de Espaço e Equipamentos Médicos - Leitos Clínico" firmado entre Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas e Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço e a prática da assistência em decorrência desta locação não estão em consonância com as normativas do SUS e legislação aplicável.

PARECER

A Secretaria Municipal de Saúde de Carmo de Minas se manifestou em relação as não conformidades registradas no Relatório Consolidado de Auditoria, por meio do Ofício 0010/2025 encaminhado pela Sra. K.R.F. (Pessoa Jurídica), datado de 25/04//2025 (112255562).

O Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas apresentou recurso administrativo após o recebimento do ofício de aplicação de penalidade Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 44/2025 – ofício sem número de 20 de março de 2025. (SEI 1320.010141028/2023-68 - 109970578)

Conhecemos dos recursos pela tempestividade e legitimidade dos Recorrentes:

· Relatório Consolidado – Secretaria Municipal de Saúde de Carmo de Minas:

1 - Constatação nº: 675797 – O "Instrumento Particular de Contrato de Locação de Espaço e Equipamentos Médicos- Leitos Clínicos" firmado entre Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas e Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço não foi apresentado e aprovado pelo Gestor Municipal de Saúde.

A equipe de auditoria evidenciou:

“O município de Carmo de Minas possui a gestão de seus prestadores em saúde e possui contrato com Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas para prestação de serviços na área da saúde ambulatoriais e hospitalares aos usuários do SUS, respeitada a sua capacidade técnica e de acordo com as pactuações no Plano Operativo, conforme demonstrado na TABELA 01, anexa a este Relatório de Auditoria. O Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas firmou o "Instrumento Particular de Contrato de Locação de Espaço e Equipamentos Médicos - Leitos Clínicos" com o Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço assinado em 24/06/2019, com 1º, 2º e 3º Aditivos assinados respectivamente em 25/06/2020, 25/06/2021 e 10/06/2022. Apesar de ter encerrado em 04/08/2022, através do Instrumento Particular de Distrato em Contrato de Locação de Espaço e Equipamentos Médicos - Leitos Clínicos, tais instrumentos trouxeram impacto na ocupação e funcionalidade dos leitos existentes no referido hospital e, conseqüentemente impacto na relação com a gestão municipal. Contudo, não ocorreu apresentação do mesmo ao gestor municipal. Não há registro de discussões, ponderações e ou aprovação pelo gestor municipal do período de 2019 e 2020. Em declaração assinada digitalmente em 29/09/2023, a Sra. K.R.F, Gerente do Departamento Municipal de Saúde de Carmo de Minas, informa que assumiu a gestão do DMS em fevereiro de 2021 e afirma que, desde essa data não foi apresentado pela administração do Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas nenhum documento referente à locação dos leitos. Também não foi encontrado nos arquivos do departamento nenhum documento que comprove a apresentação e/ou autorização/aprovação da locação dos leitos pelo Gestor Municipal de Saúde. O instrumento de contrato e aditivos possuem assinatura apenas do Presidente da Diretoria Executiva do Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, Sr. M.J.S.A e do Provedor do Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas, Sr D.M.A. Os Planos Municipais de Saúde do período de 2018 a 2021 e do 2022 a 2025 não mencionam a possibilidade de haver este acordo.”

Da normativa que regula o tema:

- Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

(...)

CAPÍTULO III

Da Organização, da Direção e da Gestão

Art. 8º As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

Art. 9º A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, de acordo com o [inciso I do art. 198 da Constituição Federal](#), sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos: (...)

III - no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente. (...)

CAPÍTULO IV

Seção II

Da Competência

Art. 18. À direção municipal do SUS compete:

(...)

II - participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com sua direção estadual; (...)

- Portaria MS/GM nº 2 de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde:

(...)

ANEXO XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013) (...)

Art. 9º A atenção hospitalar atuará de forma integrada aos demais pontos de atenção da RAS e com outras políticas de forma intersetorial, mediadas pelo gestor, para garantir resolutividade da atenção e continuidade do cuidado. (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 9º) (...)

2 - Constatação nº: 675799 – O "Instrumento Particular de Contrato de Locação de Espaço e Equipamentos Médicos - Leitos Clínicos" firmado entre Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas e Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço não foi apresentado e aprovado em Comissão Intergestores Bipartite.

A equipe de auditoria evidenciou:

"Os municípios de Carmo de Minas e São Lourenço possuem a gestão de seus prestadores em saúde e ambos firmaram instrumento jurídicos com os respectivos prestadores hospitalares para atendimento de média e alta complexidade. O "Instrumento Particular de Contrato de Locação de Espaço e

Equipamentos Médicos - Leitos Clínicos" firmado entre o Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas e Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço impactam na assistência aos usuários do SUS dos serviços ofertados pelos prestadores mencionados. Assim configuram acordo entre dois entes federativos. As Comissões Intergestores são instâncias para pactuarão as regras de continuidade do acesso às ações e aos serviços de saúde mediante referenciamento do usuário na rede regional, definindo as políticas de saúde dos entes federativos. Segundo o Regimento Interno das Comissões Intergestores: CIB-SUS/MG, CIB MACRO E CIB MICRO (Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.030/2019), a Comissão Intergestores Bipartite Micro é instância colegiada de articulação, negociação e pactuação dos aspectos de gestão do SUS no âmbito da microrregião, conforme desenho territorial do Plano Diretor de Regionalização (PDR) vigente, com a finalidade de fortalecer a identidade sanitária microrregional, por meio do debate dos problemas comuns, na busca por soluções conjuntas, do compartilhamento de recursos, culminando na consolidação das ações e serviços de saúde ofertados à população. Contudo, em pesquisa às atas de reuniões e pactuações da CIB Micro de Varginha não foram encontrados registros que comprovasse a apresentação e ou aprovação do relacionados ao "Instrumento Particular de Contrato de Locação de Espaço e Equipamentos Médicos - Leitos Clínicos" firmado entre o Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas e Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, assinado em 24/06/2019, com 1º, 2º e 3º Aditivos assinados respectivamente em 25/06/2020, 25/06/2021 e 10/06/2022. Em declaração assinada digitalmente em 29/09/2023, a Sra. K.R.F, Gerente do Departamento Municipal de Saúde de Carmo de Minas, informa que assumiu a gestão do DMS em fevereiro de 2021 e afirma que, desde essa data não foi apresentado pela administração do Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas nenhum documento referente à locação dos leitos."

Da fundamentação legal:

- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990:

(...)

Art. 14-A. As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre gestores, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS). (Incluído pela Lei nº 12.466, de 2011).

Parágrafo único. A atuação das Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite terá por objetivo: (Incluído pela Lei nº 12.466, de 2011).

I - decidir sobre os aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS, em conformidade com a definição da política consubstanciada em planos de saúde, aprovados pelos conselhos de saúde; (Incluído pela Lei nº 12.466, de 2011). (...)

- Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa:

(...)

Art. 12. Ao usuário será assegurada a continuidade do cuidado em saúde, em todas as suas modalidades, nos serviços, hospitais e em outras unidades integrantes da rede de atenção da respectiva região.

Parágrafo único. As Comissões Intergestores pactuarão as regras de continuidade do acesso às ações e aos serviços de saúde na respectiva área de atuação.

(...)

Art. 20. A integralidade da assistência à saúde se inicia e se completa na Rede de Atenção à Saúde, mediante referenciamento do usuário na rede regional e interestadual, conforme pactuado nas Comissões Intergestores.

(...)

Art. 32. As Comissões Intergestores pactuarão:

I - aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS, de acordo com a definição da política de saúde dos entes federativos, consubstanciada nos seus planos de saúde, aprovados pelos respectivos conselhos de saúde; (...)

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2, de 28 de setembro de 2017:

(...)

ANEXO XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

(...)

Art. 6º São diretrizes da PNHOSP: (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 6º)

(...)

II - regionalização da atenção hospitalar, com abrangência territorial e populacional, em consonância com as pactuações regionais; (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 6º, II) (...)

3 - Constatação nº: 675800 – Não houve aprovação e fiscalização por parte do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Carmo de Minas em relação a alocação dos leitos em Carmo de Minas pelo Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço.

A equipe de auditoria evidenciou

“O Livro de Registro das Atas do CMS de Carmo de Minas foi disponibilizado para análise in loco. Foi realizada a leitura das atas de reunião do CMS a partir do mês de abril de 2019, pois o “Instrumento Particular de Contrato de Locação de Espaço e Equipamentos Médicos - Leitos Clínicos” foi firmado entre Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas e Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço em 24/06/2019, com 1º, 2º e 3º Aditivos assinados respectivamente em 25/06/2020, 25/06/2021 e 10/06/2022. A leitura se estendeu até o último registro, datado de 15/04/2023 e permitiu constatar que não houve aprovação e nem fiscalização por parte do CMS de Carmo de Minas do “Instrumento Particular de Contrato de Locação de Espaço e Equipamentos Médicos - Leitos Clínicos”, onde o Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas alugava 13 leitos ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço. Não houve, nos registros de ata e nas Resoluções do CMS de Carmo de

Minas, nenhuma citação em relação a esta alocação dos leitos. Em declaração assinada digitalmente em 29/09/2023, a Sra. K.R.F, Gerente do Departamento Municipal de Saúde de Carmo de Minas, informa que não foi encontrado nos arquivos do departamento nenhum documento que comprove a apresentação e/ou autorização/aprovação da locação dos leitos pelo Gestor Municipal de Saúde e nem pelo Conselho Municipal de Saúde.”

Da fundamentação legal:

- Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde:

Art. 1º O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a [Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990](#), contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas:

I - a Conferência de Saúde; e

II - o Conselho de Saúde.

(...)

§ 2º O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo. (...)

- Resolução CNS nº 453, de 10 de maio de 2012, que aprova as seguintes diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde:

(...)

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

(...)

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

(...)

XII - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais; (...)

Manifestação do aditado

“(...) Das constatações citadas acima, permanece as declarações apresentadas e assinadas digitalmente em 29/09/2023, e no Ofício nº 022/2024, onde afirmo que assumi a gestão em fevereiro de 2021 e que não foi apresentado pelo Prestador qualquer documento para apreciação e aprovação da alocação dos leitos, bem como arquivos físicos e digitais que comprovassem a apresentação e aprovação pelo Gestor Municipal do SUS, Conselho Municipal de Saúde e CIB no período anterior a minha gestão.

Quanto a Análise da Justificativa da Constatação, citada no Relatório da Auditoria, entendo que a não conformidade foi corrigida após o Distrato do Contrato de Locação dos Leitos, e não é possível corrigir a não aprovação do Contrato pela Gestão Municipal, apreciação e aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde e apresentação e aprovação pela CIB, sendo que o contrato foi firmado em 2019.

Reforço ainda que o Departamento Municipal de Saúde, após o apontamento no Relatório Preliminar da Auditoria, está acompanhando e gerindo os leitos contratados com o Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas, de acordo com as legislações vigentes. Além de estar apresentando para apreciação e aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde a execução, acompanhamento e prestação de contas do Termo de Convênio nº 001/2024.”

Conforme transcrito, o auditado informou que mantém as justificativas apresentadas anteriormente, no sentido de que assumiu a gestão da saúde em 2021 e que o prestador não apresentou nenhuma documentação referente a alocação dos leitos por parte do Hospital de São Lourenço. Acrescentou que considerando que já foi assinado o Termo de Distrato, não é possível corrigir as etapas anteriores (aprovação pela gestão e pelo CMS e pela CIB). Afirmou que após a ação da auditoria está acompanhando e gerindo os leitos contratados com a Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas bem como apresentando ao CMS a execução, acompanhamento e prestação de contas do Termo de Convênio nº 001/2024.

Da análise dos documentos verificou-se que foi anexada cópia do Termo de Distrato assinado em 4.8.2022, relativo ao contrato de locação de espaço e equipamentos médicos leitos clínicos celebrado com o Hospital Casa de Caridade de São Lourenço (96467924)

Nesse sentido, concordamos que não é possível corrigir a irregularidade no que se refere às etapas anteriores, entretanto, não foi juntada documentação demonstrando que após a ação de auditoria está ocorrendo o devido acompanhamento dos leitos contratados, conforme afirmado, em sede de recurso, em especial no que se refere ao termo de Convênio 001/2024. Assim sendo, nossa opinião é pela manutenção das penalidades de Advertência Escrita aplicadas pela equipe de auditoria.

· Relatório Consolidado – Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas

4 - Constatação nº: 674367 – O serviço de saúde do Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas não provê infraestrutura do serviço contratualizado, recursos humanos, equipamentos, insumos e materiais necessários à operacionalização do contrato a fim de atender a demanda, modalidade de assistência e legislação vigente.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Em virtude do texto da evidência exceder o número de caracteres suportado pelo sistema, o mesmo encontra-se no ANEXO 6 - EVIDÊNCIA DA CONSTATAÇÃO Nº 674367. ”

Manifestação do auditado

“CONSTATAÇÃO Nº.:674367

Na análise da justificativa as ilmas. Auditores mencionaram que as conformidades não foram afastadas e corrigidas. Todavia, conforme documentação encaminhada e inclusive devidamente reconhecido no decorrer da análise, houve a demonstração e comprovação de:

1- Colocação de quadro com a indicação da escala de trabalho da equipe multiprofissional;

2- Profissional farmacêutico atuando junto à instituição;

3- Atualização e alteração do registro junto ao CNES, regularizando e promovendo a informação devida dos leitos;

4- Serviço de lavanderia comprovado com a apresentação do contrato junto à empresa Sul Mineira LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº.: 09.115.671/0001-72;

5- Central de Material e Esterilização – CME em utilização para os serviços necessários conforme devidamente comprovado.

Portanto, considerando que todas as conformidades apontadas foram devidamente sanadas, requer o acatamento das justificativas apresentadas de forma integral, evitando a aplicação da penalidade proposta.”

Da fundamentação:

- Contrato 161/2022 - Plano operativo anual/POA (SEI 1320.01.0141028/2023-68 = 72993492)

(...)

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS Este Plano Operativo Anual (POA) é um termo integrante do contrato que contém as características gerais dos serviços e atividades desenvolvidas pelo CONTRATADO e os compromissos assistenciais.

(...)

POA/ANEXO TÉCNICOI-A

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS. Considerando as especificidades e diretrizes técnicas do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais, o Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas deverá cumprir as seguintes exigências:

2.1. ASSISTÊNCIA

Os serviços serão executados na Rua Euclides de Oliveira Castro, nº 129, Centro, Carmo de Minas/Minas Gerais, comprometendo-se a comunicar à SMS/SUS Carmo

de Minas, eventual mudança de endereço, oportunidade em que a SMS analisará a conveniência de manter os serviços em outros endereços.

A Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas reconhece a prerrogativa de controle e a autoridade normativa nos termos da Lei 8.080 de 19/09/1990, do Decreto Federal 1.651 de 20/09/1995, Decreto 7.508 de 28 de junho de 2011, sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementares exercidas pela SMS/SUS-Carmo de Minas, sobre a execução dos serviços previstos neste Plano Operativo.

(...)

j) Disponibilizar equipe médica e de enfermagem de plantão permanente para atender as intercorrências clínicas ou cirúrgicas dos pacientes internados;

(...)

q) Respeitar e cumprir na totalidade os parâmetros de exames, consultas, leitos e procedimentos cirúrgicos, conforme definição das portarias com a finalidade de atender à Política Nacional de Atenção de Alta Complexidade, instituída pelo Ministério da Saúde. A Casa de Caridade de Carmo de Minas obriga-se a ter estrutura assistencial definida pelas portarias;

(...)

t) O hospital responsabilizar-se-á por cobrança indevida; feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste termo;

u) O hospital deverá assegurar o funcionamento da unidade de urgência e emergência com a presença de no mínimo um médico clínico geral em cada plantão presencial, um coordenador médico, um enfermeiro e um auxiliar ou técnico de enfermagem e um recepcionista.

v) O hospital deverá garantir ainda a realização de exames laboratoriais e de raios-x quando houver indicação médica para a realização destes, assim como assegurar a aplicação de medicamentos e gases medicinais quando houver necessidade;

w) O hospital deverá disponibilizar ainda: serviços de esterilização, lavanderia, higienização, nutrição, dietética, bem como todos os medicamentos, materiais e insumos necessários ao pleno funcionamento do serviço;

x) O hospital deverá disponibilizar com antecedência a escala de profissionais médicos que comporão os plantões no serviço de urgência e emergência, devendo assumir o plantão em caso de impossibilidade de substituição do plantonista faltoso; (...)

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2/2017:

(...)

ANEXO XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

(...)

ANEXO 2 DO ANEXO XXIV

Diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS (Origem: PRT MS/GM 3410/2013)

(...)

Art. 8º Quanto ao eixo de gestão, compete aos hospitais: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 8º)

(...)

XI - divulgar a composição das equipes assistenciais e equipe dirigente do hospital aos usuários em local visível e de fácil acesso; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 8º, XI) (...)

- RDC ANVISA nº 63, de 25 de novembro de 2011, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde:

(...)

Art. 17. O serviço de saúde deve prover infraestrutura física, recursos humanos, equipamentos, insumos e materiais necessários à operacionalização do serviço de acordo com a demanda, modalidade de assistência prestada e a legislação vigente.

(...)

Art. 23. O serviço de saúde deve manter disponível, segundo o seu tipo de atividade, documentação e registro referente à:

I - Projeto Básico de Arquitetura (PBA) aprovado pela vigilância sanitária competente.

II - controle de saúde ocupacional;

III - educação permanente;

IV - comissões, comitês e programas;

V - contratos de serviços terceirizados;

VI - controle de qualidade da água;

VII - manutenção preventiva e corretiva da edificação e instalações;

VIII - controle de vetores e pragas urbanas;

IX - manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos e instrumentos;

X - Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde;

XI - nascimentos;

XII - óbitos;

XIII - admissão e alta;

XIV - eventos adversos e queixas técnicas associadas a produtos ou serviços;

XV - monitoramento e relatórios específicos de controle de infecção;

XVI - doenças de Notificação Compulsória;

XVII - indicadores previstos nas legislações vigentes;

XVIII - normas, rotinas e procedimentos;

XIX - demais documentos exigidos por legislações específicas dos estados, Distrito Federal e municípios. (...)

- Portaria MS/GM nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde:

(...)

Art. 359. O CNES se constitui como documento público e sistema de informação oficial de cadastramento de informações de todos os estabelecimentos de saúde no País, independentemente da natureza jurídica ou de integrarem o SUS, e possui as seguintes finalidades: (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 2º)

(...)

II - disponibilizar informações dos estabelecimentos de saúde para outros sistemas de informação; (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 2º, II)

III - ofertar para a sociedade informações sobre a disponibilidade de serviços nos territórios, formas de acesso e funcionamento; (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 2º, III)

IV - fornecer informações que apoiem a tomada de decisão, o planejamento, a programação e o conhecimento pelos gestores, pesquisadores, trabalhadores e sociedade em geral acerca da organização, existência e disponibilidade de serviços, força de trabalho e capacidade instalada dos estabelecimentos de saúde e territórios. (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 2º, IV)

(...)

Art. 361. O cadastramento e a manutenção dos dados cadastrais no CNES são obrigatórios para que todo e qualquer estabelecimento de saúde possa funcionar em território nacional, devendo preceder aos licenciamentos necessários ao exercício de suas atividades, bem como às suas renovações. (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 4º)

(...)

Art. 364. O cadastramento e a manutenção dos dados cadastrais no CNES são de responsabilidade de cada estabelecimento de saúde, através de seus responsáveis técnicos ou responsáveis administrativos. (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 7º)
(...)

- RDC ANVISA nº 6, de 30 de janeiro de 2012, que dispõe sobre as Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde:

(...)

Art. 20 A roupa limpa deve ser transportada separadamente da roupa suja.

Art. 21 O transporte interno e externo de roupas de serviços de saúde deve ser realizado, respectivamente, em carrinho e veículo exclusivos para esta atividade.

§ 1º O veículo utilizado no transporte externo deve possuir sua área de carga isolada da área do motorista e de outros ocupantes.

§2º O transporte externo concomitante de roupa limpa e suja pode ocorrer se a área de carga do veículo for fisicamente dividida em ambientes distintos com acessos independentes e devidamente identificados. (..)

- RDC ANVISA nº 15, de 15 de março de 2012, que dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.

(...)

Art. 21 A limpeza, preparo, desinfecção ou esterilização, armazenamento e distribuição de produtos para saúde devem ser realizados pelo CME do serviço de saúde e suas unidades satélites ou por empresa processadora.

(...)

Art. 106 Quando o transporte dos produtos para saúde for realizado pela empresa processadora, os veículos de transporte devem ser de uso exclusivo para este fim.

§ 1º - quando o veículo de transporte de produtos para saúde for o mesmo para produtos processados e produtos ainda não processados, a área de carga do veículo deve ser fisicamente dividida em ambientes distintos com acessos independentes e devidamente identificados.

§ 2º Qualquer outra forma de transporte dos produtos para saúde processados deve ser submetida à aprovação prévia pelo órgão de vigilância sanitária emissor do licenciamento.

§ 3º Quando o contrato entre o serviço de saúde e a empresa processadora envolver o transporte intermunicipal ou interestadual, a forma de transporte dos produtos para saúde deve ser submetida à aprovação do órgão de vigilância sanitária responsável pela fiscalização da empresa processadora.

§ 4º O CME de funcionamento centralizado e a empresa processadora devem estabelecer critérios para a higienização dos veículos de transporte. (...)

Em análise da manifestação, apresentada em primeira instância, a equipe informa que em relação ao número de leitos cadastrados no CNES, aos serviços de lavanderia e esterilização de materiais, as justificativas e a documentação apresentada demonstram adequação as normas e correção da irregularidade, situação em que foram acatadas parcialmente.

Porém sugere manutenção da penalidade no que se refere a execução do contrato, cujas irregularidades seriam referentes a falta de caracterização geral em relação ao quantitativo de leitos referente ao período auditado, os quais a partir de comparação entre o CNES e relatório VISA apresentou inconformidades, segundo se extrai do anexo 5 (fonte de evidência - constatação 674367).

Dessa maneira, o apontamento da irregularidade em questão, a teor da análise das justificativas apresentadas em primeira instância, não delimitou de forma clara, ao nosso entender, o que restou irregular na execução do contrato.

Assim sendo, e tendo em vista o apontamento de distrato do contrato objeto de auditoria, bem como que parte das justificativas e documentação apresentadas mostraram-se aptas a justificar parcialmente as irregularidades apontadas, nossa opinião é pelo cancelamento da penalidade aplicada.

5 - Constatação nº: 674445 – O Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas não avalia a satisfação dos usuários de forma periódica.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Foi observado pela equipe de auditores, na recepção do hospital, em local visível e fácil acesso, uma caixa intitulada Ouvidoria. Foi informado pela Sra. F.C.P., administradora do Hospital, através do seu Termo de Entrevista, em 18/10/2023, que essa caixa é utilizada para sugestões e reclamações e que adota formulário próprio, porém os usuários não o utilizam e quando é gerada uma reclamação, há contato direto com a pessoa envolvida, sem registro em ata ou outro meio. Disse que os elogios são divulgados para toda equipe, através do grupo de WhatsApp. Com isso, observa-se que os usuários não são estimulados a participarem desse controle social, para maior transparência e aperfeiçoamento da assistência. Não foram apresentados registros quanto a realização de avaliações sistemáticas, nem reuniões com as equipes envolvidas para resoluções e estratificação das demandas. Foram analisados 30 prontuários de pacientes do SUS oriundos do município de São Lourenço, que estiveram internados no Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas em: janeiro, julho, agosto e novembro de 2021, julho de 2022 e julho de 2023. Observou-se que não há documentos nos prontuários analisados que indiquem a existência de avaliação dos serviços prestados por parte dos usuários.”

Da fundamentação legal:

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2, de 28 de setembro de 2017:

(...)

ANEXO XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

(...)

Art. 10. Quanto ao eixo de avaliação, compete aos hospitais: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 10)

(...)

III - avaliar a satisfação dos usuários e dos acompanhantes; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 10, III)

(...)

Art. 20. O Plano Diretor e os contratos internos de gestão do hospital, desde que monitorados e avaliados rotineiramente, poderão ser ferramentas adotadas para o cumprimento dos compromissos e metas pactuados com o gestor e para a sustentabilidade institucional. (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 19)

(...)

§ 2º A gestão participativa e democrática, a atuação da ouvidoria e as pesquisas de satisfação do usuário serão dispositivos de avaliação da gestão interna do hospital e da atenção. (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 19, § 2º) (...)

Manifestação do auditado

“CONSTATAÇÃO Nº.:674445

Conforme devidamente esclarecido, foi inserida em local de fácil visualização e acesso, uma caixa para a apresentação de avaliações de forma ANÔNIMA.

Bem como, foi inserido no prontuário dos pacientes documento para, caso haja o interesse do mesmo, de realizar a avaliação de seu atendimento e serviços obtidos.

Para comprovação, junta em anexo alguns exemplos preenchidos para demonstrar o atendimento dos apontamentos realizados. Portanto, considerando que todas as conformidades apontadas foram devidamente sanadas, requer o acatamento das justificativas apresentadas de forma integral, evitando a aplicação da penalidade proposta.”

O Auditado apresentou cópias de formulários, preenchidos, para auferir a satisfação de usuários (SEI 1320.010141028/2023-68 – 109970579).

Contudo, não informou como é feita a análise e quais as medidas adotadas decorrentes dessas avaliações a teor da irregularidade apontada, se limitando a informar que é feito contato direto em caso de reclamações, não registrando em ata ou outro meio.

Assim, consideramos como não corrigida a irregularidade identificada.

6 - Constatação nº: 674549 – O Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas não comprovou a aplicação integral dos recursos financeiros provenientes dos contratos vigentes formalizados com o Departamento Municipal de Saúde (DMS) de Carmo de Minas em ações e serviços prestados ao SUS.

A equipe de auditoria evidenciou:

“O Hospital Casa de Caridade e Maternidade Carmo de Minas celebrou contrato com o DMS de Carmo de Minas para prestação de serviços na área da saúde ambulatoriais e hospitalares aos usuários do SUS, respeitada a sua capacidade técnica e de acordo com as pactuações no Plano Operativo. No período de janeiro de 2021 a outubro de 2023, o 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato 032/2018; Contrato 009/2021, Contrato 116/2022 e Termos Aditivos foram vigentes e os recursos financeiros, provenientes destes contratos foram creditados no Unicred Ag. 5651 C/C nº 717045 e no SICOOB Ag. 3169 C/C nº 600.574-8 conforme evidenciado na TABELA 01, anexa a este relatório. Foram analisados os extratos bancários das contas citadas, no mesmo período a fim de verificar a aplicação integral dos recursos financeiros provenientes dos contratos vigentes em ações e serviços prestados ao SUS. A análise revelou que as mesmas não são exclusivas para a movimentação dos recursos do SUS, recebidos em virtude dos contratos em vigência, pois ocorrem transferências com saída de valores do Unicred Ag. 5651 C/C nº 717045 SICOOB Ag. 3169 C/C nº 600.574-8 para outras contas bancárias do hospital e transferências com entradas de valores de outras do hospital para o Unicred Ag. 5651 C/C nº 717045 e para SICOOB Ag. 3169 C/C nº 600.574-8. A análise também revelou a utilização dos recursos financeiros do Unicred Ag. 5651 C/C nº 717045 para pagamento de notas fiscais à empresa Assessoria Técnica em Saúde, por serviços de administração, sem que o hospital comprovasse a existência de contrato com a referida empresa. Foram observados pagamentos à empresa Assessoria Técnica em Saúde utilizando recursos financeiros do Unicred Ag. 5651 C/C nº 717045 nos meses de janeiro, março, julho, setembro, outubro e dezembro de 2021 e de janeiro a maio de 2022. Segundo relato da Sra. F.C.P., diretora administrativa do Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas, o administrador do hospital Sr. G.A.N. era vinculado (contratado e remunerado) por esta empresa. Também não foi apresentado documento formal de designação deste profissional para o cargo junto ao hospital e sua atuação foi comprovada através da apresentação de ofício endereçado à Gestora Municipal de Saúde assinado pelo Sr. G.A.N. datado de 30/04/2011. A desvinculação dos recursos do SUS, ocasionadas pelas transferências (entrada e saída) ocorridas nas contas Unicred Ag. 5651 C/C nº 717045 e para SICOOB Ag. 3169 C/C nº 600.574-8 e os pagamentos realizados à empresa Assessoria Técnica em Saúde através do Unicred Ag. 5651 C/C nº 717045 evidenciam que o hospital não comprovou a aplicação integral dos recursos financeiros provenientes dos contratos em vigência em ações e serviços prestados ao SUS.”

Da fundamentação legal:

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2/2017:

(...)

ANEXO XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

(...)

Art. 6º São diretrizes da PNHOSP: (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 6º)

(...)

XII - transparência e eficiência na aplicação de recursos; (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 6º, XII)

(...)

Art. 18. A gestão da atenção hospitalar será pautada: (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 17)

(...)

III - na eficiência e transparência da aplicação dos recursos; e (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 17, III)

(...)

ANEXO 2 DO ANEXO XXIV

Diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS (Origem: PRT MS/GM 3410/2013)

(...)

Art. 10. Quanto ao eixo de avaliação, compete aos hospitais: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 10)

(...)

VI - monitorar a execução orçamentária e zelar pela adequada utilização dos recursos financeiros previstos no instrumento formal de contratualização. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 10, VI) (...)

- Contrato 009/2021, celebrado entre FMS e hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas - SEI 1320010142767/2023-63 – 73152894)

(...)

Cláusula segunda – das condições gerais de prestação dos serviços

(...)

2.1 – das obrigações da contratada

(...)

XIV - Aplicar os recursos financeiros provenientes deste contrato na manutenção da CONTRATADA visando assegurar a continuidade dos serviços prestados; (...)

- PLANO OPERATIVO ANUAL/POA/ANEXO TÉCNICO I-A SERVIÇOS AMBULATORIAIS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL);

SEI 1320.010141028/2023-68 74922864)

(...)

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS. Considerado as especificidades e diretrizes técnicas do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais, o Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas deverá cumprir as seguintes exigências:

(...)

2.2. GESTÃO

(...)

f. Garantir a aplicação integral dos recursos financeiros de custeio e de investimento proveniente deste Plano Operativo na unidade hospitalar para otimização da prestação de serviços do SUS Carmo de Minas;

- Contrato 161/2022, celebrado entre FMS e Hospital Casa de Caridade e Maternidade Carmo de Minas

(...)

Cláusula segunda – das condições gerais de prestação dos serviços. SEI 1320010142767/2023-63 – 73152886, 72964023

(...)

2.1 – das obrigações da contratada

(...)

XIII – Aplicar os recursos financeiros provenientes deste contrato na manutenção da CONTRATADA visando assegurar a continuidade dos serviços prestados; (...)

- POA/ANEXO TÉCNICOI-A SERVIÇOS AMBULATORIAIS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL); (SEI 1320.010141028/2023-68 – 72993492)

(...)

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS. Considerando as especificidades e diretrizes técnicas do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais, o Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas deverá cumprir as seguintes exigências:

(...)

2.2. GESTÃO

(...)

f. Garantir a aplicação integral dos recursos financeiros de custeio e de investimento proveniente deste Plano Operativo na unidade hospitalar para otimização da prestação de serviços do SUS Carmo de Minas;

Manifestação do auditado:

“CONSTATAÇÃO Nº:674549

Conforme esclarecido nas justificativas apresentadas, o Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas informou que tomou as medidas cabíveis para sanar as irregularidades apontadas, no tocante as movimentações das contas bancárias.

A entidade utiliza a seguinte conta para receber os recursos do SUS:

- Banco Sicoob Cooperativa: 3169 Conta: 600.574-8

Todas as despesas relacionadas às prestações de serviços SUS são pagas por essa conta mediante notas fiscais. Mensalmente, o Hospital encaminha para a Secretaria Municipal de Saúde de Carmo de Minas a Prestação de Contas com as cópias das notas e comprovantes de pagamento.

Portanto, considerando que todas as conformidades apontadas foram devidamente sanadas, requer o acatamento das justificativas apresentadas de forma integral, evitando a aplicação da penalidade

proposta.”

Conforme observado o auditado limitou-se a informar que a instituição utiliza a conta do Banco Sicoob Cooperativa para receber os recursos do SUS e que as despesas relacionadas à prestação de serviços ao SUS são pagas por meio da referida conta. Acrescentou que o hospital encaminha mensalmente para a SMS a prestação de contas com as cópias das notas e comprovantes de pagamento. Entretanto, não documentou as medidas informadas.

7 - Constatação nº: 674589 – O Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas não disponibilizou o mesmo quantitativo de leitos registrados no Termo de contratualização vigente com os cadastrados no SCNES e no SUSFácil.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Foi verificado no Contrato Nº 161/2022, Plano Operativo Anual/POA, assinado com a Secretaria municipal de Saúde de Carmo de Minas, do Hospital de Carmo de Minas, utilizando como amostragem para consulta no SCNES os meses de janeiro/2021, julho/2021, agosto/2021, novembro/2021 e julho/2022, e julho/2023, sobre o quantitativo de leitos/clínicas contratadas e conforme descrito na constatação Nº 674516, sobre a capacidade instalada do hospital. Em entrevista com a Administradora do Hospital, Sra. F.C.P., a mesma informa que "relacionado à estrutura do hospital de Carmo de Minas e ao cadastro no CNES, informa que são 15 leitos de Cuidados Prolongados, 15 de clínica médica e 2 de saúde mental (RAPS). O hospital faz o acompanhamento dos leitos e a disponibilização dos mesmos no SUS-Fácil através do sistema de informação do hospital e a recepção faz atualização do sistema SUS-Fácil com base nestas informações. Para os leitos de apoio ao RAPS, são encaminhados na maioria das vezes pelo CAPS de São Lourenço, solicita vaga através do SUS-Fácil, o hospital aceita e a internação ocorre". Foi feita visita nas dependências do Hospital, no dia 19/10/2023, pela equipe de auditoras, acompanhada pela Administradora do Hospital, Sra. F.C. P., onde foi verificado a capacidade instalada do Hospital. Verificou-se que na caracterização geral do contratado que não houve especificação, em relação ao quantitativo de leitos com o apresentado no SCNES, referente ao período auditado. Sendo assim, a equipe utilizou do Relatório de Inspeção SES/URSVAR-NUVISA de 23/12/2021, ocorrido no Hospital Casa de Caridade e Maternidade Carmo de Minas para demonstrar as inconformidades em relação às normativas do SUS. - Número de leitos cadastrados no SCNES não compatíveis com o existente e com área locada. Em visita de inspeção em dezembro de 2021, a NUVISA de Varginha apurou 30 leitos clínicos ativos, sendo 13 destes locados para Hospital de São Lourenço. Assim, o hospital de Carmo de Minas possuía apenas 17 disponíveis e não os 32 leitos clínicos registrados no CNES do período de janeiro a dezembro de 2021.”

Da fundamentação legal:

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 1/2017:

(...)

Art. 359. O CNES se constitui como documento público e sistema de informação oficial de cadastramento de informações de todos os estabelecimentos de saúde no País, independentemente da natureza jurídica ou de integrarem o SUS, e possui as seguintes finalidades: (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 2º)

I - cadastrar e atualizar as informações sobre estabelecimentos de saúde e suas dimensões, como recursos físicos, trabalhadores e serviços; (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 2º, I)

II - disponibilizar informações dos estabelecimentos de saúde para outros sistemas de informação; (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 2º, II)

III - ofertar para a sociedade informações sobre a disponibilidade de serviços nos territórios, formas de acesso e funcionamento; (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 2º, III)

IV - fornecer informações que apoiem a tomada de decisão, o planejamento, a programação e o conhecimento pelos gestores, pesquisadores, trabalhadores e sociedade em geral acerca da organização, existência e disponibilidade de serviços, força de trabalho e capacidade instalada dos estabelecimentos de saúde e territórios. (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 2º, IV)

(...)

Art. 361. O cadastramento e a manutenção dos dados cadastrais no CNES são obrigatórios para que todo e qualquer estabelecimento de saúde possa funcionar em território nacional, devendo preceder aos licenciamentos necessários ao exercício de suas atividades, bem como às suas renovações. (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 4º)

(...)

Art. 364. O cadastramento e a manutenção dos dados cadastrais no CNES são de responsabilidade de cada estabelecimento de saúde, através de seus responsáveis técnicos ou responsáveis administrativos. (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 7º)

(...)

O Auditado apresentou argumentação única referente a essa não conformidade e as de números 674601 e 674648, tendente a justificar as três irregularidades identificadas. Porém, a não conformidade acima refere-se ao contrato entre o município e o Hospital de Carmo de Minas, em relação ao número de leitos disponibilizados. As outras constatações são referentes ao contrato celebrado entre o Hospital de São Lourenço e o de Carmo de Minas. Portanto, a justificativa apresentada não guarda correlação com a irregularidade indicada no presente item.

8 - Constatação nº: 674601 – O "Instrumento Particular de Contrato de Locação de Espaço e Equipamentos Médicos - Leitos Clínicos" firmado entre Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas e Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço não previu as responsabilidades de cada ente nas ações de apoio.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Em virtude do texto da evidência exceder o número de caracteres suportado pelo sistema, o mesmo encontra-se no ANEXO 2 - EVIDÊNCIA DA CONSTATAÇÃO Nº 674601.”

Da fundamentação legal:

- Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamentou o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública, vigente à época:

(...)

Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

(...)

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

(...)

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas; (...)

9 - Constatação nº: 674648 – O "Instrumento Particular de Contrato de Locação de Espaço e Equipamentos Médicos - Leitos Clínico" firmado entre Hospital Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas e Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço e a prática da assistência em decorrência desta locação não estão em consonância com as normativas do SUS e legislação aplicável.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Em virtude do texto da evidência exceder o número de caracteres suportado pelo sistema, o mesmo encontra-se no ANEXO 6 - EVIDÊNCIA DA CONSTATAÇÃO Nº 674648.”

Da fundamentação legal:

- Lei Federal nº 8.080/90:

(...)

Art. 8º As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

Art. 9º A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, de acordo com o [inciso I do art. 198 da Constituição Federal](#), sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos:

(...)

III - no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.

(...)

Art. 14-A. As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre gestores, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS). (Incluído pela Lei nº 12.466, de 2011)

Parágrafo único. A atuação das Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite terá por objetivo: (incluído pela Lei nº 12.466, de 2011).

I - decidir sobre os aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS, em conformidade com a definição da política consubstanciada em planos de saúde, aprovados pelos conselhos de saúde; (Incluído pela Lei nº 12.466, de 2011).

(...)

Art. 18. À direção municipal do SUS compete: [\(Redação dada pela Lei nº 14.572, de 2023\)](#)

I - planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde;

II - participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com sua direção estadual;

- Decreto Federal nº 7.508/2011:

(...)

Art. 12. Ao usuário será assegurada a continuidade do cuidado em saúde, em todas as suas modalidades, nos serviços, hospitais e em outras unidades integrantes da rede de atenção da respectiva região.

Parágrafo único. As Comissões Intergestores pactuarão as regras de continuidade do acesso às ações e aos serviços de saúde na respectiva área de atuação.

(...)

Art. 20. A integralidade da assistência à saúde se inicia e se completa na Rede de Atenção à Saúde, mediante referenciamento do usuário na rede regional e interestadual, conforme pactuado nas Comissões Intergestores.

(...)

Art. 32. As Comissões Intergestores pactuarão:

I - aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS, de acordo com a definição da política de saúde dos entes federativos, consubstanciada nos seus planos de saúde, aprovados pelos respectivos conselhos de saúde; (...)

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 1/2017:

(...)

Art. 359. O CNES se constitui como documento público e sistema de informação oficial de cadastramento de informações de todos os estabelecimentos de saúde no País, independentemente da natureza jurídica ou de integrarem o SUS, e possui as seguintes finalidades: (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 2º)

I - cadastrar e atualizar as informações sobre estabelecimentos de saúde e suas dimensões, como recursos físicos, trabalhadores e serviços; (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 2º, I)

II - disponibilizar informações dos estabelecimentos de saúde para outros sistemas de informação; (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 2º, II)

III - ofertar para a sociedade informações sobre a disponibilidade de serviços nos territórios, formas de acesso e funcionamento; (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 2º, III)

IV - fornecer informações que apoiem a tomada de decisão, o planejamento, a programação e o conhecimento pelos gestores, pesquisadores, trabalhadores e sociedade em geral acerca da organização, existência e disponibilidade de serviços, força de trabalho e capacidade instalada dos estabelecimentos de saúde e territórios. (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 2º, IV)

(...)

Art. 361. O cadastramento e a manutenção dos dados cadastrais no CNES são obrigatórios para que todo e qualquer estabelecimento de saúde possa funcionar em território nacional, devendo preceder aos licenciamentos necessários ao exercício de suas atividades, bem como às suas renovações. (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 4º)

(...)

Art. 364. O cadastramento e a manutenção dos dados cadastrais no CNES são de responsabilidade de cada estabelecimento de saúde, através de seus responsáveis técnicos ou responsáveis administrativos. (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 7º)
(...)

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2/2017:

(...)

ANEXO XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

(...)

Art. 9º A atenção hospitalar atuará de forma integrada aos demais pontos de atenção da RAS e com outras políticas de forma intersetorial, mediadas pelo gestor, para garantir resolutividade da atenção e continuidade do cuidado. (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 9º) (...)

- Resolução SES/MG nº 5.711, de 2 de maio de 2017, que regulamenta procedimentos e documentação necessários para requerimento e protocolo de concessão/renovação de Licença Sanitária e padroniza procedimento de emissão de Alvará Sanitário pela Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais.

(...)

Art. 6º - Em havendo mais de um CNPJ com a mesma raiz em um único endereço, serão inspecionadas todas as atividades, sendo emitido um único alvará sanitário contemplando todas as atividades executadas no local.

§1º - Em se tratando de CNPJ com raízes distintas serão fiscalizados e emitidos Alvarás Sanitários independentes para cada CNPJ, podendo ser compartilhadas somente áreas de apoio, desde que o compartilhamento não ofereça quaisquer riscos de contaminação aos produtos/serviços sujeitos ao controle sanitário, devendo as instalações produtivas e áreas de armazenamentos serem segregadas.
(...)

- RDC ANVISA nº 63/2011:

(...)

Art. 6º As Boas Práticas de Funcionamento (BPF) são os componentes da Garantia da Qualidade que asseguram que os serviços são ofertados com padrões de qualidade adequados.

(...)

Art. 17. O serviço de saúde deve prover infraestrutura física, recursos humanos, equipamentos, insumos e materiais necessários à operacionalização do serviço de acordo com a demanda, modalidade de assistência prestada e a legislação vigente.

(...)

Art. 20. O serviço de saúde deve possuir mecanismos que garantam o funcionamento de Comissões, Comitês e Programas estabelecidos em legislações e normatizações vigentes.

Art. 21. O serviço de saúde deve garantir mecanismos para o controle de acesso dos trabalhadores, pacientes, acompanhantes e visitantes. (...)

- RDC ANVISA nº 15/2012:

(...)

Art. 21 A limpeza, preparo, desinfecção ou esterilização, armazenamento e distribuição de produtos para saúde devem ser realizados pelo CME do serviço de saúde e suas unidades satélites ou por empresa processadora.

(...)

Art. 106 Quando o transporte dos produtos para saúde for realizado pela empresa processadora, os veículos de transporte devem ser de uso exclusivo para este fim.

§ 1º - quando o veículo de transporte de produtos para saúde for o mesmo para produtos processados e produtos ainda não processados, a área de carga do veículo deve ser fisicamente dividida em ambientes distintos com acessos independentes e devidamente identificados.

§ 2º Qualquer outra forma de transporte dos produtos para saúde processados deve ser submetida à aprovação prévia pelo órgão de vigilância sanitária emissor do licenciamento.

§ 3º Quando o contrato entre o serviço de saúde e a empresa processadora envolver o transporte intermunicipal ou interestadual, a forma de transporte dos produtos para saúde deve ser submetida à aprovação do órgão de vigilância sanitária responsável pela fiscalização da empresa processadora.

§ 4º O CME de funcionamento centralizado e a empresa processadora devem estabelecer critérios para a higienização dos veículos de transporte. (...)

Manifestação do auditado:

“CONSTATAÇÕES nº: 674589, 674601 e 674648

Nobres auditores, conforme devidamente comprovado, houve o DISTRATO junto ao Hospital São Lourenço, encerrando qualquer a relação e a prestação de serviços.

Assim, uma vez que não há mais qualquer vínculo com aquela instituição, as irregularidades que foram encontradas, foram devidamente sanadas.

Vejam que foi devidamente comprovado o encerramento da relação com o Hospital São Lourenço, bem como, foi demonstrado o atendimento para regularizar as não conformidades apontadas.

Dessa forma considerando que todas os apontamentos foram devidamente sanados, requer o acatamento das justificativas apresentadas de forma integral, evitando a aplicação da penalidade proposta.”

Importante apontar, a teor da fonte de evidência, que as irregularidades constituíram em incompatibilidade na alocação de leitos tendo em vista comparações com os registros no CNES, bem como falta de determinação de responsabilidades pela contratação de profissionais, falta de garantia de materiais e insumos, oferta de serviços de lavanderia e esterilização.

Em análise das manifestações, apresentadas em primeira instância, a equipe informa que o hospital enviou documentos, comprovando que possuía profissional farmacêutico atuando junto à instituição durante o período da abrangência; em relação ao número de leitos cadastrados no CNES, aos serviços de lavanderia e esterilização de materiais, as justificativas e a documentação apresentada demonstram adequação as normas e correção da irregularidade, situação em que foram acatadas parcialmente.

Dessa maneira, tomando por base a análise (proferida pela equipe de auditoria) das justificativas apresentadas em primeira instância, não restou delimitado, de forma clara o que permaneceu irregular. Assim sendo, e tendo em vista o apontamento de distrato do contrato objeto de auditoria, bem como que parte das justificativas e documentação apresentadas mostraram-se aptas a justificar parcialmente as irregularidades apontadas, nossa opinião é pelo cancelamento das penalidades aplicadas nos itens 8 e 9.

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico/jurídico.

Em relação às irregularidades apontadas pela equipe de auditoria por meio do Relatório Final/Consolidado da SMS de Carmo de Minas, tendo em vista que não foi apresentada documentação

apta a afastar as não conformidades sugerimos a manutenção das penalidades de Advertência Escrita aplicadas.

Quanto as não conformidades apontadas no relatório consolidado da Casa de Caridade e Maternidade de Carmo de Minas no que se refere as constatações nº 4 (674367), 8 (674601) e 9 (674648), entendemos que as argumentações apresentadas, se mostraram aptas a justificar parte das irregularidades apontadas, conforme mencionado no presente parecer.

No que se refere as irregularidades indicadas nos itens 5 (674445), 6 (674549), e 7 (674589), tendo em vista a falta de justificativas válidas, acompanhadas de suporte apto, ao nosso entender, para justificar as não conformidades, sugerimos a manutenção das penalidades aplicadas.

Belo Horizonte, 5 de agosto de 2025

À superior apreciação

1 - Ciente.

2 - De acordo.

3 - Submeto à apreciação da Sra. Chefe de Gabinete desta Secretaria de Estado de Saúde.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **119877967** e o código CRC **8F583917**.

Referência: Processo nº 1320.01.0052064/2022-88

SEI nº 119877967